

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, MULHERES E DOAÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL: as campanhas de solidariedade como resistência durante a pandemia da COVID-19

MOVIMIENTOS SOCIOTERRITORIALES, MUJERES Y DONACIÓN DE ALIMENTOS EN BRASIL: las campañas de solidaridad como resistencia durante la pandemia de COVID-19

Aline Albuquerque Jorge

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
aline.albuquerque@unesp.br

Lara Dalperio Buscioli

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
lara.dalperio@gmail.com

Silmara Oliveira Moreira Bitencourt

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
moreira.sillmara@gmail.com

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP). Coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA).
janaina.vinha@uftm.edu.br

Roberta Oliveira da Fonseca

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
oliveira.fonseca@unesp.br

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Docente do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Espírito Santo
coutinholacp@gmail.com

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

Universidade Estadual Paulista, Doutoranda em Geografia, Presidente Prudente, SP, Brasil
mesquitahcg@gmail.com

Resumo

No Brasil, durante a pandemia de Covid-19, o aprofundamento da questão da insegurança alimentar grave e da violência contra a mulher tornaram-se uns dos principais impactos potencializados pela postura adotada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro. Diante disso, diferentes sujeitos, organizados em movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, realizaram ações de resistência para mitigação destes problemas, tendo a solidariedade como elemento nucleador. Este trabalho analisa as ações das mulheres camponesas nas campanhas de doação de alimentos a partir do debate paradigmático, por meio de levantamentos bibliográficos, sistematização de dados quantitativos e da realização de entrevistas. As mulheres ocupam a centralidade

nas ações voltadas para as campanhas, caracterizadas pela diversidade de identidades dos sujeitos participantes, com doações de marmitas, cestas, produtos de higiene/limpeza, etc.. Esta centralidade coloca-se tanto nas produções dos alimentos quanto na gestão, preparação, estrutura de funcionamento/articulação e no campo paradigmático de discussões. Tais ações estão alicerçadas no Paradigma da Questão Agrária, pois buscam superar os problemas estruturantes do capital e propor mudanças socioterritoriais para um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social e na promoção da Reforma Agrária Popular.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19. Mulheres. Paradigma da Questão Agrária. Doação de Alimentos. Movimentos Socioterritoriais.

Resumen

En Brasil, durante la pandemia de Covid-19, la profundización de la cuestión de la inseguridad alimentaria grave y la violencia contra la mujer se convirtieron en uno de los principales impactos potenciados por la postura adoptada por el Gobierno de Jair Bolsonaro. Ante esto, diferentes sujetos, organizados en movimientos socioterritoriales del campo y de la ciudad, realizaron acciones de resistencia para mitigar estos problemas, teniendo la solidaridad como elemento central. Este trabajo analizó las acciones de las mujeres campesinas en las campañas de donación de alimentos a partir del debate paradigmático, por medio de estudios bibliográficos, sistematización de datos cuantitativos y de la realización de citas. Las mujeres componen la centralidad de las acciones de donaciones de alimentos dirigidas a las Campañas, caracterizadas por la diversidad de identidades de los sujetos participantes, con donaciones de almuerzos, canastas, productos de higiene/limpieza, etc. Esta centralidad se sitúa tanto en las producciones de los alimentos agroecológicos como en la gestión, preparación, estructura de funcionamiento/articulación y campo paradigmático de discusiones. Enumeramos que tales acciones de solidaridad, envueltas en la Campaña de donación de alimentos, están basadas en el Paradigma de la Cuestión Agraria, así buscan superar los problemas estructurales del Capital y proponer cambios socioterritoriales para un nuevo modelo de sociedad, pautado en la justicia social y la promoción de la Reforma Agraria Popular.

Palabras clave: Pandemia de Covid-19. Mujeres. Paradigma de la Cuestión Agraria. Donación de Alimentos. Movimientos Socioterritoriales.

Introdução

Este trabalho faz parte das discussões realizadas pelo Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA¹, que busca, a partir dos espaços de diálogos construídos no interior

¹ DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra.

da Rede², a união entre as mulheres pesquisadoras/militantes, bem como o avanço do debate sobre o machismo, patriarcado, feminismo, movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, questão agrária, impactos socioterritoriais, produção científica, etc. como elementos de resistências e (re)existências dentro do contexto universitário.

O Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA surgiu em 2020. A partir das mudanças decorrentes da pandemia de Covid-19, nós mulheres, pesquisadoras e mães, sofremos os impactos que afetaram as nossas vidas nos espaços acadêmico, familiar e pessoal. Entretanto, antes mesmo desse período, já nos articulávamos todos os anos no Encontro Nacional da Rede DATALUTA. Ainda que pontualmente, essa aproximação manifestava-se em inúmeros momentos, de modo que as relações de gênero, em especial dos papéis das mulheres, começaram a ser frequentemente questionadas pelas integrantes da Rede: os tipos e as naturezas das atribuições desempenhadas nas atividades acadêmicas; a representatividade na mediação e composição das mesas dos eventos; a adoção de referenciais bibliográficos majoritariamente masculinos; a timidez de estudos agrários sobre gênero, feminismo e patriarcado; a presença do *mansplaining* nos debates e encaminhamentos de propostas e, até mesmo, na definição do período do evento - que, historicamente, desconsiderou a demanda das mulheres, as quais sempre denunciavam seus limites diante da sobrecarga de tarefas exigida pelo trabalho doméstico.

Cabe destacar que a própria Geografia Agrária vem passando por um período de renovação temática, cujo movimento também incorporou o debate sobre gênero nos últimos anos, uma lacuna no interior do pensamento geográfico. O entendimento das relações de gênero comparece como uma das temáticas que mais cresce nos estudos agrários, enfocando principalmente as relações e desigualdades entre gêneros, o protagonismo das mulheres nos processos de luta pela terra, na produção, comercialização e trabalho, na agroecologia e na relação com os movimentos sociais (VINHA, 2021).

² A Rede DATALUTA é composta por 14 universidades federais e estaduais no Brasil: Universidade Federal do Mato Grosso; Universidade Estadual do Maranhão; Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal do Sergipe; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Uberlândia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Estadual Paulista e Universidade de Brasília.

Diante desses desafios, o Coletivo de Mulheres entendeu a urgência e a necessidade de avançar no debate sobre o feminismo e, em 2020, inaugurou na Rede um espaço de fortalecimento, reconhecimento, participação, autonomia e acolhimento entre as mulheres. Algumas estratégias foram traçadas, dentre elas, a proposta de um Dossiê, composto por trabalhos de *mulheres sobre as mulheres do campo*. Embora aprovada pela Rede DATALUTA, o projeto não foi aceito pelos editores do periódico escolhido, fato que culminou em novas discussões e no próprio fortalecimento desse coletivo.

É diante dessa trajetória recente, mais vigorosa e repleta de percalços, lutas e resistências, que observamos a necessidade da construção de estudos que centralizem os feminismos e as estruturas patriarcais que perduram no campo. Assim, o presente trabalho inicia um projeto coletivo que esboça reflexões a respeito das ações das mulheres organizadas em movimentos socioterritoriais e dos impactos da pandemia nos espaços de vida em que estão ligadas/territorializadas, principalmente, na questão de seguridade social e alimentar.

Elencamos a importância destas ações a partir do debate paradigmático e da resistência camponesa nos territórios rurais e urbanos, sobretudo, no envolvimento de diferentes campanhas nacionais que procuram mitigar parte dos impactos gerados pela pandemia. Essas ações estão aliadas ao enfrentamento e questionamento das políticas governamentais e de Estado, ao discurso da fome, produção de alimentos saudáveis e agroecológicos e da solidariedade, tendo como base a soberania alimentar e na Reforma Agrária Popular.

Neste sentido, o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA, com base no debate paradigmático, discute as ações das mulheres vinculadas aos movimentos socioterritoriais durante o período da pandemia de COVID-19. O foco foram as campanhas de doação de alimentos no território brasileiro e o projeto de Reforma Agrária Popular, buscando compreender as reivindicações e a espacialização dessas ações de resistência.

Para atingir os objetivos propostos, partimos de três procedimentos metodológicos:

- 1) Levantamento bibliográfico dos principais temas apresentados: fome, insegurança alimentar, vulnerabilidade social, ações de solidariedade, doações de alimentos, reforma agrária, entre outros;
- 2) Produção de informações quantitativas através da sistematização de notícias de jornais, dos sites dos movimentos socioterritoriais, do Banco de Dados DATALUTA, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN) e da Agroecologia em Rede, que contribuíram para as principais análises e cartografias do trabalho;
- 3) Entrevistas realizadas via aplicativo do *WhatsApp*, com caráter formal e semi-estrutural. Partindo dos estudos de Colognese e Melo (1998), elaboramos um roteiro de entrevistas com a possibilidade de adicionar questionamentos conforme a fala da/do depoente. Nos trechos em que constam relatos orais das(os) entrevistadas(os) empregamos de nomes fictícios (nomes de flores) para identificar as falas.

Além dessas notas introdutórias e das considerações finais, o texto foi organizado em três partes. A primeira, intitulada “A vida das Mulheres e o contexto da pandemia de COVID-19: O que mudou?”, analisou a pandemia de forma conjuntural partindo dos seus impactos na vida das mulheres correlacionados com o debate da fome, violência, insegurança alimentar e soberania alimentar, basilares para compreendermos as campanhas. A segunda parte, denominada “O debate paradigmático e a centralidade das ações de solidariedade das mulheres na pandemia: resistência, enfrentamento e luta”, interpretou as ações promovidas pelas mulheres à luz do debate paradigmático, refletindo como as mulheres exercem centralidade nestas ações a partir da crítica aos problemas estruturantes do capital. Na terceira parte intitulada “A participação das mulheres nas doações de alimentos realizadas pelos movimentos socioterritoriais brasileiros na pandemia de Covid-19” foram analisadas as campanhas que envolvem o debate da alimentação/insegurança alimentar com foco nas doações de março de 2021, evidenciando a importância da participação das mulheres não só no recebimento dos alimentos, mas também na sua produção e distribuição.

A vida das mulheres e o contexto da pandemia de COVID-19: o que mudou?

O Brasil começou a enfrentar os impactos da pandemia decorrente do SARS-CoV-2 no início do mês de março de 2020, em um contexto de crise política e econômica que já se arrastava desde que se instaurou o golpe político-parlamentar-midiático em 2016. Naquele momento, enquanto alguns países da América Latina adotaram medidas específicas para as mulheres, como a licença remunerada para trabalhadoras domésticas na Argentina; campanhas de promoção de corresponsabilidade incentivando a divisão de tarefas domésticas e de cuidados em El Salvador, México, Argentina, e República Dominicana (ONU MULHERES, 2020). No Brasil, a única medida adotada pelo governo federal que beneficiou diretamente esse grupo esteve ligada ao Auxílio Emergencial, concedido aos beneficiários do programa Bolsa Família e famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa.

O Auxílio Emergencial, lançado em abril de 2020, visou o atendimento prioritário a trabalhadores (as) informais, desempregados (as) e famílias chefiadas por mulheres. Inicialmente, o governo federal previa um valor de R\$ 200,00, mas diante da pressão de movimentos sociais, a medida foi instituída em R\$ 600,00 (VIECELI, 2022). O programa estabeleceu, também, que mulheres provedoras de famílias monoparentais passassem a receber o valor de R\$ 1.200,00 durante o período de três meses.

Contudo, Garcia e Pandolfi *et. al.* (2021) afirmam que o Auxílio Emergencial mostrou-se insuficiente enquanto política pública para atender as necessidades já existentes para a maior parte da população, sobretudo com relação às mulheres:

Essas reflexões nos mostram que cerca de 121 milhões de brasileiros, cerca de 57% da população do país (estimada em aproximadamente 211 milhões de pessoas), estão atualmente em situação de pobreza. Quando somamos os milhões de inscritos no CadÚnico, os que já solicitaram o auxílio emergencial e os julgados aptos a receber o auxílio, temos uma população invisível para o governo e suas políticas públicas. Isso é consequência não só da limitada cobertura e qualidade dos serviços oferecidos pelas políticas sociais, do impacto das crises para o capital e suas consequências para o país, mas também das limitações impostas à reprodução da força de trabalho por empregos cada vez mais precários com direitos trabalhistas (GARCIA, PANDOLFI, *et. al.*, p. 361, 2021).

Essa cobertura limitada da política de assistência social destacada pelos autores agrava-se ainda mais quando olha-se a esfera da precarização das relações de trabalho, sobretudo, em decorrência da reforma da previdência. Do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e das desigualdades do mercado laboral, as relações de exploração aprofundaram-se ainda mais durante a pandemia.

Os dados da Tabela 1 (IBGE; CAGED, 2020) demonstram que o nível de desocupação (que se refere à situação de desemprego de pessoas em idade laboral) entre mulheres negras é de 63%. No primeiro trimestre de 2019 a taxa de ocupação formal das mulheres negras era de 42,5% passando para 42,2% no primeiro trimestre de 2020 e 36,6% no segundo trimestre do mesmo ano. Já com relação às mulheres brancas, no primeiro trimestre de 2019 a taxa de ocupação formal era de 47,9%, no primeiro trimestre de 2020 era de 47,4% e no segundo trimestre era de 42,6%. Os dados indicam que o impacto na relação de descarte e precarização do trabalho no contexto de pandemia é maior entre mulheres negras.

Quando comparamos a situação das mulheres em relação aos homens observamos que há uma discrepância ainda maior. Enquanto no segundo trimestre de 2020 o nível de ocupação formal de mulheres negras era de 36,6%, o dos homens negros era de 55,3%. No caso das mulheres brancas, o nível de ocupação era de 42,6%, já o dos homens brancos era de 60,5%. Isso mostra que a desigualdade de gênero, somada à desigualdade racial, aprofunda sobremaneira as condições de vulnerabilidade e desigualdade social.

Tabela 1 - Síntese do Mercado de Trabalho e Trabalhadores - Brasil 2017 a 2020

| Sexo/Etnia | Nível de Ocupação | | | | Taxa de Informalidade | | | |
|---------------|-------------------|---------|---------|---------|-----------------------|---------|---------|---------|
| | 2017/03 | 2019/03 | 2020/03 | 2020/06 | 2017/03 | 2019/03 | 2020/03 | 2020/06 |
| Branco | 65,7% | 66,0% | 32,3% | 60,5% | 41% | 43% | 42% | 42% |
| Negro | 61,3% | 62,1% | 62,1% | 55,3% | 50% | 51% | 51% | 50% |
| Branca | 47,0% | 47,9% | 47,4% | 42,6% | 38% | 40% | 41% | 38% |
| Negra | 41,1% | 42,5% | 42,2% | 36,6% | 47% | 49% | 50% | 47% |
| Total Formais | 53,1% | 53,9% | 53,5% | 47,9% | 44% | 46% | 47% | 45% |

Fonte: IBGE e CAGED, 2020. Org. Silva, 2022.

Reprodução: *Live*: Auxílio Emergencial no Brasil e no Espírito Santo, 2020.³

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/PPGPS.UFES/videos/262978261800298>.

A pandemia de Covid-19 corroborou para ampliar os índices de desemprego, para a queda na renda familiar, bem como favoreceu o endividamento e o corte de despesas das famílias. As mulheres responsáveis por famílias monoparentais fazem parte do grupo que sofreu com maior intensidade esses impactos. Destacamos ainda que as mulheres pretas ou pardas respondem pela maior parte das famílias monoparentais. De acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino:

Em 2018, 12,755 milhões de pessoas viviam em arranjos familiares formados por responsável, sem cônjuge e com filhos até 14 anos, compreendendo 7,4% da população. Desse total, em 90,3% dos domicílios a responsável era mulher. Dentre estas, 67,5% eram pretas ou pardas e 31,2% brancas (VIECELI, 2022, s/p).

Com o aumento de casos e a atuação de um governo declaradamente negacionista intensificou-se no país a crise sanitária que culminou em um total de mais de 653 mil mortes⁴. A situação das mulheres frente à pobreza, à violência, à fome e à desigualdade de gênero tornou-se ainda mais difícil. Em uma sociedade machista, são elas as principais responsáveis pelos cuidados familiares em termos de saúde, preparação de alimentos, limpeza e higiene, educação de crianças e cuidados com as pessoas idosas e adoecidas.

O documento publicado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2020, apontou que as brasileiras dedicavam diariamente mais de 10 horas com afazeres domésticos. Há casos nos quais elas são as únicas responsáveis por toda a casa, como nas famílias monoparentais. De acordo com a ONU Mulheres (2020), a pandemia levou 43% das brasileiras a triplicarem sua jornada de trabalho. Como exemplo, citamos a realidade daquelas que atuam no setor de comércio e serviços, áreas que, apesar de concentrarem ocupações informais, permitem maior flexibilidade diante da árdua rotina. A pandemia prejudicou a situação de tais mulheres, pois diante das medidas sanitárias para a contenção do vírus, muitas perderam seus trabalhos, em muitos casos, única fonte de renda familiar.

⁴ De acordo com dados do Ministério da Saúde, considerando a data vigente 10/03/2022, o total de mortes por Covid-19 no Brasil é de 653.498 pessoas. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>.

A sobrecarga, devido ao acúmulo e a junção de tarefas domésticas, de cuidado com a família e as exigências de manutenção do alto padrão de produtividade no ambiente de trabalho, também afetou o cotidiano das mulheres pesquisadoras/militantes desse Coletivo. Foi justamente em meio a pandemia que surgiu a iniciativa de organização interna das mulheres da Rede, com maior reflexão sobre o papel e a forma como nos ocupamos nos espaços da sociedade, incluindo o acadêmico.

O conjunto de funções atribuídas às mulheres, como as citadas anteriormente, é essencial para a manutenção do sistema capitalista, conforme aponta Federici (2017), e as mantêm numa condição de exclusão e escassez, já que esse trabalho não é remunerado. Portanto, é comum que as mulheres acumulem tarefas, sobrecarregando-se, independente das funções e dos espaços que ocupam na sociedade.

O tempo despendido com a educação das crianças também aumentou na pandemia, uma vez que creches e escolas fecharam nos períodos mais críticos de contágio e mortes. Em alguns estados, as atividades presenciais só retornaram a partir de 2022. Face ao descomedimento de funções e da impossibilidade de trabalharem, as mulheres tornaram-se ainda mais vulneráveis à pobreza e à fome.

No início do mês de abril de 2021 foram divulgados os resultados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. O estudo foi realizado pela Rede PENSSAN, cujo Mapa Humano da Fome, um dos produtos elaborados para expor os retratos da fome no país, demonstrou a influência de questões de raça, gênero e escolaridade na situação de vulnerabilidade das famílias. Em 2020, 11,1% dos lares chefiados por mulheres passavam fome; já quando comparados aos chefiados por homens, esse número cai para 7,7% , o que evidencia a situação de maior vulnerabilidade das mulheres, principalmente no contexto de crise sanitária (REDE PENSSAN, 2021).

Freitas et.al (2021), ao analisarem o relatório da Rede PENSSAN, argumentam que a história recente do país permite reconhecer que a centralidade dada ao combate à fome nas agendas de governo entre os anos de 2004 a 2013 favoreceu a implementação de políticas públicas voltadas para esse fim, garantindo a intersetorialidade necessária para que as ações tivessem êxito. Ainda que o problema não tenha sido erradicado, em

2013, 4,2% da população encontrava-se em situação de fome, o menor índice alcançado até então. Os resultados do Inquérito realizado em 2021 mostram que regredimos aos patamares de 2004, quando a insegurança alimentar moderada estava em 12% e a grave em 9,5% (REDE PENSSAN, 2021).

A situação de vulnerabilidade econômica e social influencia também no contexto de violência contra as mulheres. Conforme apontam os dados da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2021), a violência doméstica afetou sobremaneira as mulheres durante a pandemia. A pesquisa aponta que uma em cada quatro mulheres acima de 16 anos afirmaram ter sofrido algum tipo de violência no período entre junho de 2020 e junho de 2021.

Segundo Madeira, Furtado e Dill (2021) as denúncias divulgadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos feitas pelo 180 aumentaram em 14% - e houve um aumento de 37,6% em abril de 2020 em relação ao mesmo mês do ano anterior. A quarentena adicionou agravantes à situação delicada que muitas mulheres já vivenciavam, como a sobrecarga de trabalho, o estresse e problemas emocionais, o abuso de álcool e outras drogas, além da diminuição dos serviços de enfrentamento à violência.

Diante disso, mulheres de diferentes movimentos socioespaciais e socioterritoriais têm se organizado nas diversas regiões do Brasil para enfrentar a realidade vivida na sociedade machista e patriarcal.

Ações solidárias, como as doações de alimentos, ocorreram nesse contexto. Por mais que essas ações tenham sido realizadas, sobretudo, por meio da articulação entre movimentos de vários espaços, cabe destacar o protagonismo das mulheres camponesas, que vai desde a produção até o preparo e distribuição dos alimentos doados. Compreendemos que essas ações se inscrevem dentro de uma determinada visão de mundo. Por isso, na sequência, realizamos o esforço de interpretar tais ações solidárias protagonizadas pelas mulheres camponesas a partir do debate paradigmático.

O debate paradigmático e a centralidade das ações de solidariedade das mulheres na pandemia: resistência, enfrentamento e luta

Dado o histórico desenvolvimento predatório e excludente do capitalismo no campo brasileiro, em que a territorialização das corporações transnacionais do agronegócio e da mineração lideram esse processo na contemporaneidade, inúmeras interpretações podem ser lançadas para o entendimento dessa realidade. Há pelo menos 17 anos, no Núcleo de Estudos e Projetos de Reforma Agrária (NERA-UNESP), esse coletivo de pensamento vem somando esforços para construir leituras teórico-metodológicas propositivas e autônomas que possam compreender a conflitualidade do campo (FERNANDES, 2005). Fundado no materialismo histórico-dialético, o *debate paradigmático* (FERNANDES, 2005; FELÍCIO, 2011), também denominado de *abordagem paradigmática* (CAMPOS, 2012), comparece como um desses esforços. O debate expressa-se em dois paradigmas que enxergam, de modos distintos, o espaço agrário brasileiro: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA).

Diante de algumas inquietações acadêmicas que o *debate paradigmático* tem gerado, consideramos que, inicialmente, é preciso enfatizar que nossa proposta não dialoga com uma classificação dual e/ou impositiva que captura e enclausura a realidade em dois paradigmas. Aos que insistem nessa discussão, parece-nos que o *debate paradigmático* é ameaçador às posturas colonialistas de centros tradicionais de produção e difusão do conhecimento, os quais não procuram dialogar, mas monopolizar toda e qualquer tentativa que advenha das “periferias acadêmicas”. O debate está edificado nos pressupostos da teoria marxista, isto é, ancorado na luta de classes, pois acredita-se que o campo pode ser interpretado por visões de mundo que ora se inclinam ao enfrentamento, superação e resistência às relações capitalistas, ora enxergam as possibilidades de desenvolvimento, adaptação e integração no interior do capitalismo.

Um paradigma consiste na elaboração de uma visão de mundo abrangente sobre a realidade, em que o compartilhamento, o direcionamento, a orientação, a seleção e a coesão do pensamento são *propriedades estruturais* (CAMPOS, 2012). Isso significa que um paradigma alcança uma dimensão social do conhecimento, ou seja, necessita de

uma comunidade científica para concretizar-se como tal. Assim, no seio da sociedade, os paradigmas também apresentam um conjunto de *dimensões paradigmáticas* – teorias, métodos, conceitos, ideologias e intencionalidades (CAMPOS, 2012). Podem representar, por exemplo, interesses do Estado, corporações, universidades, partidos políticos, movimentos sociais e coletivos de pensamento, com ideologias, desejos e determinações sobre o campo que variam de acordo com as pretensões e a correlação de forças das classes sociais. “Por essa razão, conhecer o movimento paradigmático que vai da construção da interpretação à execução da política é fundamental” (FERNANDES *et. al.*, 2012, p. 29).

Por isso, ao refletir as ações realizadas pelas mulheres nas campanhas de doação durante o período pandêmico, como será discutido na próxima seção, compreendemos que essas ações não são pontuais, isoladas ou desconexas de um projeto político e visão de mundo. Não se constituem como um movimento assistencialista ou caracterizado como ato de filantropia ou caridade, mas são erguidas por mulheres que defendem a Reforma Agrária Popular⁵. Buscam superar os problemas estruturantes do capital e propor mudanças socioterritoriais para um novo modelo de sociedade, pautado na justiça social e no direito de acesso à terra. Logo, neste trabalho, as ações dessas mulheres são interpretadas diante do Paradigma da Questão Agrária (PQA).

O PQA orienta seus estudos no entendimento da problemática travada pela luta de classes, de (re)criação e apropriação da riqueza produzida pelo campesinato, aproximando-se de questões que tentam superar o modelo excludente capitalista. Suas perspectivas exaltam camponesas e camponeses como sujeitos ativos na luta. Por admitir a conflitualidade, seu escopo de análise não limita-se à lógica do capital (FERNANDES, 2005). A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital.

⁵ Entendemos o conceito de Reforma Agrária Popular a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que propõe “uma mudança estrutural na relação com o acesso à terra, com os bens da natureza, modos de produção e organização comunitária camponesa” (2021b, [1]). Assim, a Reforma Agrária Popular envolve o enfrentamento ao capital nas suas diversas manifestações para garantia do acesso não somente à terra, ainda que esse seja o primeiro direito a ser conquistado, mas, também, à todas as dimensões da vida camponesa (MST, 2021b).

As ações de solidariedade das mulheres trazem em sua concepção a resistência, a luta pela terra e pela oportunidade de permanecer nela. Incorpora as demandas trazidas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais participantes, em especial das mulheres, com objetivos de luta/ação para amenizar problemas estruturais que foram agudizados na pandemia, como é o caso da fome, por exemplo. Com isso, reivindicam a soberania alimentar como perspectiva de transformação social e de resistência ao modelo territorial baseado na economia do agronegócio (DELGADO, 2012). Efetivadas, majoritariamente, por mulheres, essas ações de solidariedade compõem um outro modelo de desenvolvimento territorial, pautado na Reforma Agrária Popular (VINHA *et. al.*, 2021).

Essas doações se contrapõem às ações e práticas empreendidas perversamente pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro, as quais se amparam na lógica do agronegócio e têm o intuito de minar qualquer ação que minimamente atenda os povos camponeses, quilombolas e originários. Uma das estratégias é destruir as possibilidades de (re)criação social desses sujeitos, esvaziando os recursos destinados às políticas públicas e, conseqüentemente, dificultando seu acesso. Destacamos, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 pelo Governo Federal, considerada umas das principais políticas públicas de fortalecimento da agricultura camponesa e de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, mas que vem sofrendo, mais intensamente desde o golpe em 2016, drásticos cortes em seu orçamento, afetando milhares de famílias no campo e na cidade.

Diante do debate paradigmático, a postura do governo federal pode ser interpretada junto ao Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Nele, a questão agrária não ocupa centralidade, tampouco a conflitualidade, sem perspectiva de transformação dos padrões estruturais. Acredita-se na avidez do capitalismo, cujos problemas podem ser superados no interior do próprio sistema, a partir da integração e conversão do campesinato na agricultura familiar. As desigualdades ocasionadas são conjunturais e devem ser "superadas" por meio de políticas públicas que possibilitem a "integração" do "agricultor familiar" ao mercado capitalista. Não obstante, também defende os interesses do agronegócio, que no Brasil, atua na reprimarização da economia via produção de *commodities* destinadas à exportação.

A título de exemplo, destacamos a campanha “De olho no material escolar: plantando verdades e colhendo conhecimento”⁶, liderada pelas “mães do agro”, que patrulha e censura materiais didáticos escolares que manifestem os problemas sociais e ambientais ocasionados pelo agronegócio. A tentativa avança, e pretende interferir no Programa Nacional do Livro e do Material Didático e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Sem dúvida, este é mais um ataque da agricultura capitalista, revigorado por mulheres que participam da burguesia agrária nacional e que defendem a perpetuação da desigualdade no campo. Intelectuais como Graziano (2020, p. [1]) corroboram com essa visão, afirmando que “se ataca a imagem do agro, menosprezando sua importância na economia, na sociedade e na cultura nacional. Fazem isso dentro da sala de aula. Deturpam a mente das nossas crianças”.

A diferenciação dessas posturas paradigmáticas explica-se, sobretudo, pela adesão político-ideológica expressa nas visões de mundo. No PCA, como dito, o capitalismo permanece como horizonte, bastando que mudanças conjunturais ocorram e integrem as famílias camponesas ao mercado. Aposto no avanço do capital no campo, fortalecido pela narrativa do crescimento econômico gerado pelos elevados índices de produção das *commodities*. No PQA, além do reconhecimento dos limites do capitalismo, existe uma postura que demarca o enfrentamento, a resistência, a luta e a superação. Na seção a seguir, a partir das ações protagonizadas pelas mulheres focadas nas doações, compreendemos melhor essas práticas, seus sentidos e significados frente à defesa do projeto de Reforma Agrária Popular.

A participação das mulheres nas doações de alimentos realizadas pelos movimentos socioterritoriais brasileiros na pandemia de Covid-19

Durante a pandemia de Covid-19, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais vêm organizando campanhas e realizando doações de alimentos em todo o país. Compreendemos que diante da crise atual, as mulheres têm sido protagonistas na luta contra as desigualdades e as violências e na produção de alimentos em espaços coletivos e

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/deolhonomaterialescolar/?hl=pt>.

na organização e realização de ações solidárias em todo o país (QUIRINO, 2020). A importância das doações de alimentos só pode ser compreendida considerando o contexto de crise econômica, social e agora sanitária, que faz com que a insegurança alimentar cresça significativamente no país, conforme demonstrado inicialmente.

Destacamos que as mulheres que compõem o Coletivo ligado a Rede DATALUTA participaram de diversas ações solidárias realizadas pelos movimentos, dentre outras, aquelas realizadas pelo MST em diversos estados brasileiros, como no Paraná e São Paulo, e junto à Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), na Bahia. Nossa contribuição ocorre na condição de pesquisadoras e militantes, partindo da compreensão de que o agir e o pensar não se separam, e que esses dois elementos são constituintes da nossa visão de mundo.

Segundo Santos e Picolotto (2019), no interior do quadro político do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), historicamente, as mulheres lutaram para se fazerem sujeitos políticos. Esses fatos corroboram com a fala da camponesa entrevistada Dália Silva, integrante da coordenação nacional do MST, que indica que suas atuações durante a pandemia partem do assentamento até as ações nas cidades:

A participação das mulheres do Movimento Sem-terra é sempre uma ação de vanguarda. As mulheres sempre estiveram presentes nas ações do Movimento, especialmente quando **a gente debate esse tema da solidariedade, da cooperação, da agroecologia, da produção de comida**. As mulheres sempre tiveram papel destacadamente avançado aí, a frente da nossa organização. Então, desde o debate político pra fomentar isso nos nossos territórios, a prática da produção de alimentos nas hortas, nos hortos, nos quintais, nas roças, as mulheres costumam ir com muita força e também pelo entendimento da missão, da importância da gente produzir comida pra poder alimentar as famílias (Dália Silva em entrevista concedida a Jorge, 2021 – grifo nosso).

Compreendemos que o processo de luta das mulheres perpassa por diferentes espaços, territórios e sujeitos, ocorrendo a necessidade de uma organização que considere as diversas realidades que assolam suas vivências, despontando a perspectiva de transformação social através da soberania alimentar e nutricional:

Então são as mulheres que lá na ponta, no cuidado com a família, que passa pela alimentação, entendem que ao falar disso fica muito mais fácil debater com as companheiras e fazer com que elas assumam essa missão tão importante que é a **missão de produzir e doar alimentos** para aqueles e aquelas que precisam num momento como esse (Dália Silva em entrevista a Jorge, 2022 – grifo nosso).

Tais afirmativas corroboram com Machado, Jorge e Fernandes (2021), que entendem as ações solidárias realizadas pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais camponeses e evidenciam que a reforma agrária é uma questão de interesse social. Por meio dessas ações, os movimentos constroem espaços comunicativos e de socialização política. Isso se faz presente nos acampamentos e assentamentos que doam os alimentos, nas cozinhas, locais em que as marmitas são preparadas, e nas ruas, ao entregar as doações à população. Essas ações contribuem para a articulação entre diferentes movimentos e instituições, tais como sindicatos e organizações não governamentais (ONGs), permitindo o fortalecimento e a construção de pautas coletivas e a ampliação das escalas de ações.

Estes fatos podem ser relacionados às análises de Pedon (2009), que abordou as escalas de origem e o impacto que a atuação dos movimentos socioterritoriais proporcionam. A escala de origem refere-se à capacidade que um movimento tem de articulação na agenda de luta com outros movimentos. Já a escala do impacto transcende estes aspectos, e está diretamente ligada à agenda dos movimentos, no qual as campanhas carregam intencionalidades e reivindicações.

De maneira geral, as campanhas de doações de alimentos têm uma característica importante a ser destacada: a diversidade de movimentos socioespaciais e socioterritoriais participantes, como camponeses, juventudes, centrais sindicais, movimentos urbanos e, principalmente, mulheres. Movimentos que estavam envolvidos em diferentes objetivos de luta/ação se unem para mitigar os problemas de insegurança alimentar intensificados durante a pandemia, colocando, mais uma vez em pauta, o debate da soberania alimentar como perspectiva de transformação social.

Em Vinha *et. al.* (2021), o MST foi apontado como o principal sujeito que realizou e participou de ações solidárias. Das mais de 100 ações estudadas no período de março a dezembro de 2020, 65% foram realizadas pelo movimento, enquanto as outras 20% foram feitas em parceria com outros movimentos, instituições, associações e grupos, envolvendo diferentes frentes internas do Movimento, como Mulheres e Juventude.

Segundo os dados levantados e sistematizados por Machado, Jorge e Fernandes (2021), as primeiras doações de alimentos realizadas pelo Movimento em função da crise

sanitária ocorreram em março de 2020, sendo que nesse mês foram doadas o total de 1 tonelada de alimentos *in natura* e 8 mil marmitas, distribuídas no estado de Pernambuco em uma ação conjunta com a Arquidiocese de Olinda e Recife (MST, 2020).

Em entrevista a Buscioli (2021), o militante do MST Gerânio Marcos, do Setor de Produção, afirma que a solidariedade é um elemento político do Movimento e de contestação da situação em que parcela da população vive, sendo ainda um espaço de formação, pois aglomera vários sujeitos para tais doações, evidenciando, assim, a escala de impacto das mesmas.

As doações lideradas pelos movimentos socioterritoriais durante a pandemia não indicam apenas a solidariedade, mas expressam outras manifestações da luta que fortalecem e reinventam a construção da Reforma Agrária Popular do país. É um projeto que tem como pilar a garantia da soberania alimentar, reforçando o papel dos movimentos do campo como provedores de alimentos saudáveis e realçando o seu protagonismo na construção de alternativas que contestem e superem as desigualdades engendradas pelo capitalismo (VINHA *et. al.*, 2021).

Segundo Machado, Jorge, Fernandes (2021), no período de março de 2020 a março de 2021, somente o MST realizou, tanto de forma individual como associado a outros movimentos e instituições, cerca de 470 ações solidárias em todo o Brasil, que resultaram na doação de 1.760 toneladas e 595 quilos de alimentos *in natura*, 98.102 marmitas, 9.646 cestas de alimentos, 8.275 pães, 22.936 litros de leite, 2.738 cestas básicas, 487 kits de alimentos com produtos de higiene e centenas de cafés da manhã solidários.

As doações foram recebidas por povos indígenas e quilombolas, comunidades e bairros periféricos, ocupações urbanas, trabalhadores em greve, hospitais públicos, famílias afetadas por enchentes, etc.. Entre os movimentos e instituições que participaram dessas ações, estão o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A articulação entre movimentos e instituições resultou na construção de campanhas, como a Mãos Solidárias, criada em 2020 no estado de Pernambuco, inicialmente com o projeto Marmitas Solidárias (MÃOS SOLIDÁRIAS, 2020).

Em relação à espacialização das ações, Machado, Jorge e Fernandes (2021, p. 33, tradução nossa) afirmam que a região Sul do Brasil “[...] foi onde ocorreu mais de 50% das doações de alimentos in natura, quase 45% das marmitas e 50% das cestas. O Nordeste foi responsável pela doação de quase 40% das marmitas. Já a região sudeste foi a segunda que mais doou marmitas (36%) e cestas (35%) [...]”. No Centro-oeste e no Norte do país praticamente não foram registradas ações solidárias, o que pode estar relacionado à concentração do agronegócio na primeira região e ao predomínio de outras formas de luta no Norte.

No que tange ao DATALUTA, a primeira ação solidária registrada que envolveu diretamente as mulheres ocorreu no dia 16 de abril de 2020, por meio da campanha “Leite Fraternal”, quando o MST, em conjunto com o Ministério Público Federal (MPF) e pequenos(as) agricultores(as) da bacia leiteira da região do Cariri, no estado da Paraíba, arrecadaram dinheiro e compraram cerca de 4 mil litros de leite produzido pela agricultura familiar camponesa. Em seguida, doaram a quantia adquirida para ocupações urbanas na região metropolitana de João Pessoa e Campina Grande (ALVES, 2020), conforme podemos observar na Figura 1.

Figura 1: Campanha Leite Fraternal e a participação das mulheres na entrega e recebimento



1) Militante do MST na organicidade da distribuição do leite. 2) Mãe recebendo os alimentos. Fonte: Alves, 2020. Org. Autoras

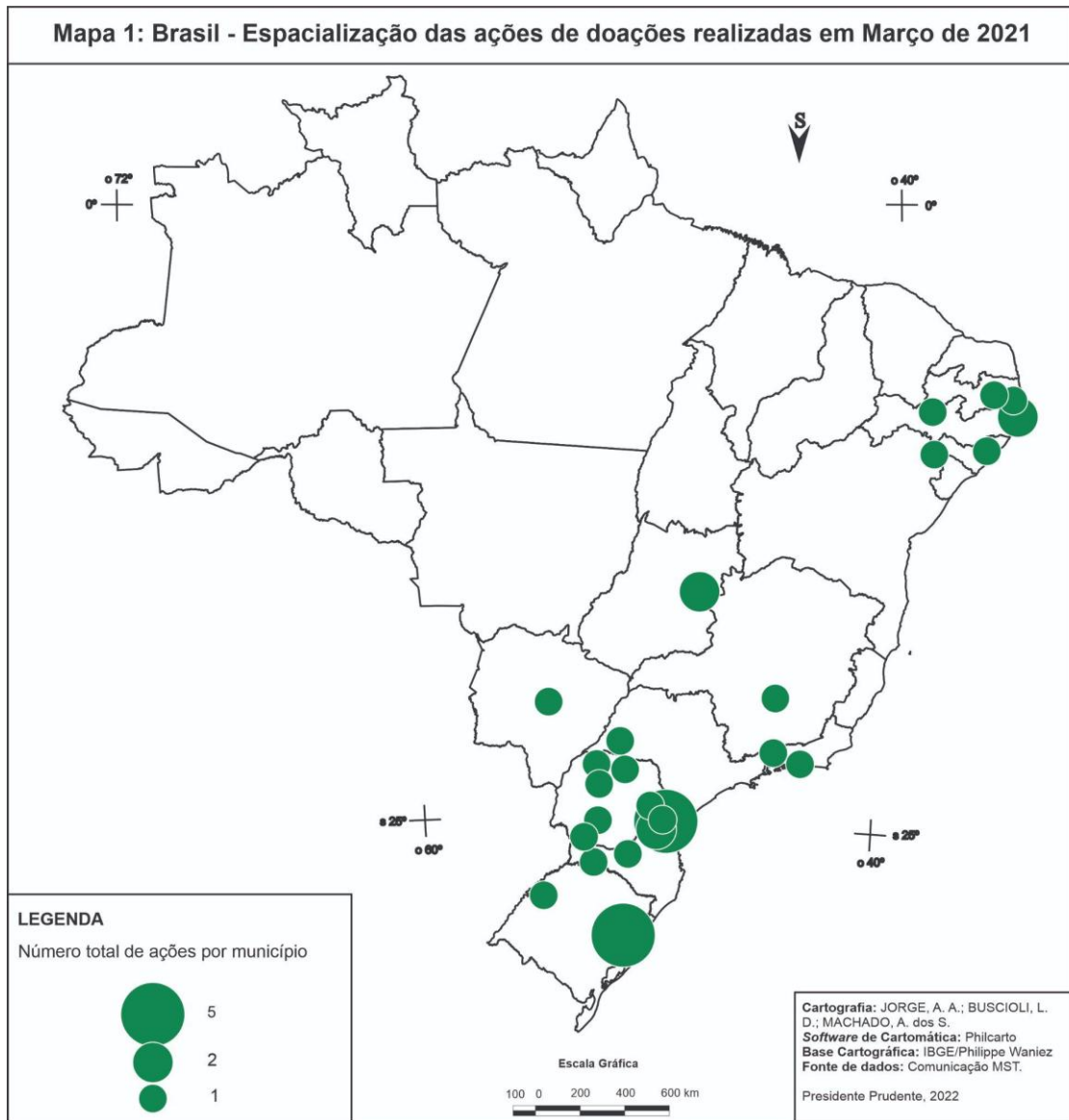
Segundo Alves (2020), ao mesmo tempo em que a ação ajudou os(as) assentados(as) da reforma agrária e agricultores(as) familiares da região a manterem seus territórios em meio à crise sanitária, também beneficiou a população das cidades que vivem em situação de rua, catadores(as) de materiais recicláveis, ambulantes, dentre outras pessoas. A doação teve a participação de militantes de outros movimentos, como o Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD) e a Marcha Mundial das Mulheres, fato que evidencia a importância da participação das mulheres não só no recebimento dos alimentos, mas também na produção e distribuição.

Destacamos que uma das principais características das ações solidárias é que normalmente são realizadas próximo de datas significativas para a luta camponesa, dos(as) trabalhadores(as) e das mulheres. Um exemplo foi o mês de março de 2021, em que as mulheres camponesas iniciaram uma jornada nacional de luta com o tema da campanha “Mulheres pela vida, semeando a resistência contra a fome e as violências”, em referência ao Dia Internacional da Mulher (08 de março).

Diante disso, focamos nossa reflexão nas ações de doações realizadas por estas mulheres em março de 2021, com destaque para o MST. Ressaltamos que tal proposição metodológica decorreu da dificuldade de obter informações objetivas sobre o papel destas mulheres nas ações de solidariedade, fato diretamente relacionado à invisibilidade da mulher na sociedade.

Em decorrência da data representativa, grande parte dessas doações foram produzidas por mulheres. No total, foram doadas quase 63 toneladas de alimentos *in natura*, 8.800 marmitas e 625 cestas em todo o país com a participação das mulheres (MACHADO; JORGE; FERNANDES, 2021).

Estes dados correspondem a 36 ações realizadas com a participação de mulheres camponesas neste mês. No Mapa 1, apresentamos a espacialização destas ações como elementos importantes para compreendermos as escalas de ação e o impacto das doações. Esses atos buscam, além da solidariedade, a reivindicação e repúdio contra as políticas adotadas pelo governo federal brasileiro.



Conforme observamos no Mapa 1, as doações ocorreram principalmente no Sul do país, com destaque para o Paraná, que registrou 14 ações. Como parte das campanhas de doação de alimentos, foram organizados atos em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e da vacinação em larga escala; mutirões para plantio em áreas coletivas e doações de sangue (BRASIL DE FATO, 2021a). Só em Curitiba houve cinco ações com a participação do MST do Coletivo Marmitas da Terra e da Frente Feminista de Curitiba e Região Metropolitana, doando marmitas à moradores em

situação de vulnerabilidade social em ocupações urbanas, bairros periféricos e na casa de acolhida do migrante e do refugiado (Figura 2).

No município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, houve cinco ações de doação de marmitas e cestas com representantes do MST e do Comitê Contra a Fome e Contra o Vírus para pessoas em situação de vulnerabilidade social. O Distrito Federal, o Recife (PE) e a Lapa (PR) registraram, cada uma, duas ações de solidariedade, e contaram com o envolvimento do coletivo de mulheres do MST e da "Campanha Mãos Solidárias". O foco foram as pessoas em situação de vulnerabilidade social, dependentes químicos e catadores e catadoras de materiais recicláveis.

No Rio de Janeiro, as mulheres do MST e de outros movimentos construíram a campanha “Mulheres na luta pela vida! Fora Bolsonaro! Vacina para todos e auxílio emergencial já!”, que entre as mobilizações, incluiu a doação de mais de 600 marmitas na capital e no sul fluminense (MST, 2021a) - Figura 2.

Figura 2: Painel Fotográfico - Ações de solidariedade realizadas pelas mulheres nas campanhas relacionadas em março de 2021



Foto 1: Mulheres Sem Terra doam marmitas no Rio de Janeiro e Sul Fluminense. Foto 2: Mulheres Sem Terra doam alimentos para 35 famílias na região metropolitana de Porto Alegre (RS). Foto 3: Mulheres do coletivo Marmitas da Terra e a Frente Feminista de Curitiba e Região Metropolitana doam marmitas em Curitiba (PR) Foto 4: Mulheres camponesas no MST e do MPA doam alimentos na cidade de Jaru, em Rondônia. Fontes: MST – redes sociais e site oficial (2021a). Org. Jorge; Buscioli, 2022.

Para além destas ações, o protagonismo das mulheres camponesas também pode ser percebido na preparação e distribuição de marmitas, como em Curitiba (PR), cidade em que o projeto Marmitas da Terra, realizado pelo MST e outros movimentos e instituições, distribuiu até o mês de dezembro de 2021 cerca de 100 mil marmitas (BRASIL DE FATO, 2021b).

Vale destacar a diversidade de pautas abordadas pelas mulheres nas campanhas, incorporando questões que vão além da Reforma Agrária Popular, como o combate às diversas formas de violência, à defesa da saúde pública e da vacinação, a discussão sobre a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga das mulheres, bem como a reivindicação do retorno do auxílio emergencial para a população em situação de vulnerabilidade social.

Considerações finais

Neste artigo procuramos demonstrar a importância da participação das mulheres nas campanhas de doações de alimentos realizadas no Brasil pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais durante a pandemia de Covid-19, identificando a perspectiva paradigmática que fundamenta suas ações. Partimos da análise pautada no Paradigma da Questão Agrária, por entender que os problemas estruturantes do capital não podem ser resolvidos dentro do sistema, e que as lutas estabelecidas pelos movimentos se colocam como uma estratégia de transformação da sociedade, que perpassa pela legitimação e reconhecimento das pautas reivindicatórias das mulheres.

O contexto pandêmico não somente evidenciou, como também intensificou, a condição de desigualdade social, desvalorização e violência que as mulheres já viviam. Nas cidades e no campo, muitas tornaram-se ainda mais sobrecarregadas com os afazeres domésticos, os cuidados de saúde e a educação dos filhos. Em virtude das medidas de contenção do vírus somadas à falta de assistência do Estado negacionista, muitas famílias ficaram sem fonte de renda, sobretudo aquelas chefiadas por mulheres. No campo, o que perpetua é a dificuldade do acesso às políticas públicas para a produção de alimentos, principalmente pelas camponesas, empobrecendo-as, enquanto que nas cidades, as mulheres enfrentam situações de desemprego e subemprego.

Os movimentos socioterritoriais, por meio das campanhas de solidariedade, contribuem sobremaneira para a redução dos efeitos da pandemia relacionados à fome e à insegurança alimentar. Nas entrevistas, foi bastante destacado pelas depoentes que a solidariedade é uma prática constante dos movimentos, dentre eles, o MST. A

centralidade das ações solidárias nas pautas dos movimentos está relacionada ao Paradigma da Questão Agrária, que tem como principal elemento a luta de classes.

Encontramos dificuldades no acesso às informações quantitativas e qualitativas que evidenciem a situação das mulheres no Brasil em algumas dimensões, como os dados específicos sobre a realidade daquelas que vivem no campo. Além disso, notamos nas notícias veiculadas pela mídia que há pouca visibilidade nas ações organizadas e desempenhadas pelas mulheres, até mesmo no que se refere às ações de solidariedade. Isso revela a necessidade realizar, em várias esferas, mais pesquisas sobre as mulheres e, ao mesmo tempo, publicizar pesquisas feitas pelas mulheres.

Elencamos que as análises das temáticas que apresentamos são resultados das vivências acadêmicas, pessoais, políticas e de militância das mulheres que compõem a Rede DATALUTA. A partir das nossas pesquisas, e também com a atuação direta junto aos movimentos e organizações do campo, da cidade, das florestas e das águas, buscamos somar forças nas suas lutas cotidianas.

Tais questões evidenciam também a importância do Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA no meio acadêmico, principalmente no interior da própria Rede, a partir da inserção de debates e discussões junto aos pesquisadores sobre o feminismo, o papel das mulheres nas pesquisas acadêmicas, nas propositivas de participação das mulheres em coordenações de grupos de pesquisa, mesas e organização de eventos científicos. Tenta-se promover a paridade nas participações e decisões, trazendo as problemáticas estruturantes vinculadas ao machismo/patriarcado e construindo novas formas de atuação neste espaço.

Consideramos esses elementos como conquistas significativas dentro do Coletivo e para todo o corpo que compõe a Rede DATALUTA, uma vez que contribuem como um processo formativo para os diferentes pesquisadores e escancaram temáticas que impactam diretamente nossos corpos e vivências em diferentes espaços. Ainda, fortalece o campo identitário e organizativo, pois embora o seu surgimento seja recente, nós já trabalhávamos, pesquisávamos e militávamos juntas.

Por último, destacamos que este texto é um marco histórico para o Coletivo de Mulheres da Rede DATALUTA, por ser o primeiro artigo elaborado pelo grupo.

Gostaríamos que este trabalho pudesse ter reunido um número maior de autoras, porém, em função das demandas e sobrecargas, nem todas as companheiras puderam participar. Esperamos que essa experiência impulse e fortaleça outras trocas, diálogos e iniciativas de pesquisas colaborativas dentro da própria Rede, em outras redes/grupos de pesquisa e nos diferentes movimentos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cida Alves. Na Paraíba, voluntários e MST doam quatro mil litros de leite a ocupações urbanas. **Brasil de Fato**, 16 abr. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/jnuEM>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL DE FATO. No Paraná, camponesas do MST preparam doações de alimentos para marcar Dia da Mulher. **Brasil de Fato**, 5 mar. 2021a. Disponível em: <encurtador.com.br/fswC4>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL DE FATO. "Marmitas da Terra" chega a cem mil refeições doadas com Natal para pessoas em situação de rua. **Brasil de Fato**, 22 dez. 2021b. Disponível em: <encurtador.com.br/rxzAG>. Acesso em: 15 fev. 2022.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

COLOGNESE, Silvio Antonio; MELO, José Luiz Bica. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998. v. 9, p. 143-159.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. (et al.) **Políticas fundiárias no Brasil**: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. Roma: International Land Coalition, 2012.

FELICIO, Munir Jorge. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 214 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FBSP. **Visível e Invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. Datafolha Instituto de Pesquisas. Disponível em: encurtador.com.br/mBR57>. 3ª edição, 2021.

FREITAS, Gabriele Carvalho de; ARAÚJO NETO, Luiz Alves; D'ÁVILA, Cristiane. Fome no Brasil: a comida na mesa continua incerta. **Site do Observatório História e Saúde - COC/FIOCRUZ**, 2021. Disponível em: http://ohs.coc.fiocruz.br/posts_ohs/fome-no-brasil-a-comida-na-mesa-continua-incerta/#_ftn1. Acesso em: 28 de março. de 2022.

GARCIA, Maria Lúcia; PANDOLFI, Aline; LEAL, Fabíola.; STOCCO, Aline; *et. al.* The COVIS-19 pandemic, emergency aid and social work in Brazil. In: **Sage Journals**, March 4, 2021, Volume 20, pages 356-365.

GRAZIANO, Xico. De olho no material escolar. Poder 360°, 25 nov. 2020, Opinião. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniaode-olho-no-material-escolar-por-xico-graziano/>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de Gênero**: indicadores sociais das Mulheres no Brasil em 2021. Disponível em: < encurtador.com.br/bkHZ6 >. Acesso em 14 fev. 2022

MADEIRA, Lígia Mori; FURTADO, Alves Bernardo; DILL, Alan Rafael. **Vida**: simulando violência doméstica em tempos de quarentena. (Textos para discussão) IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório econômico. Brasília: Ipea; IBGE, 2021. Disponível em: encurtador.com.br/svzP8> Acesso em: 01 mar. 2022.

MACHADO, Angela dos Santos.; JORGE, Aline Albuquerque. FERNANDES, Bernardo Mançano. Inseguridad alimentaria y donaciones solidarias del MST en la pandemia de Covid-19 en Brasil. In: **Comida y comunidad**, Clacso. Número 2. Diciembre 2021.

MÃOS SOLIDÁRIAS. **Campanha Mãos Solidárias – Quem somos.** 2020?.

Disponível em: <<https://www.campanhamaossolidarias.org/quem-somos>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MARCOS, Gerânio. [Mai. 2021]. Entrevistadora: Lara Dalperio Buscioli. Virtual, 2021. 1 arquivo.mp3 (25 min.).

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Em Pernambuco, MST alimenta população de rua e oferece centro de formação como hospital de campanha. **MST**, 31 mar. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/bcozG>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Amanhecer pela vida e solidariedade marcam Jornada das Mulheres Sem Terra no Rio. **MST**, 11 mar. 2021a. Disponível em: <encurtador.com.br/sMOPX>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?. **MST**, 16 jul. 2021b. Disponível em: <encurtador.com.br/uELX8>. Acesso em: 20 fev. 2022.

ONU MUJERES. **Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de Covid-19:** hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/dnswL>. Acesso em: 14 fev. 2022.

ONU MULHERES. Vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil. Nota técnica IPEA, n° 75. IPEA, junho de 2020. Disponível em: [NT 75 Disoc Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domesticas.pdf \(ipea.gov.br\)](http://nt75.disoc.ipea.gov.br/ipea.gov.br). Acesso em: 10 fev. 2022.

PEDON, Nelson Rodrigues. **Movimentos Socioterritoriais:** Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2009.

PNAD. Pesquisa Nacional por amostras de domicílios contínua - PNAD CONTÍNUA. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil, 2012-2020. IBGE, 2021. Disponível em: [PNAD continua retrospectiva 2012 2020.pdf \(ibge.gov.br\)](http://pnad.continua.retrospectiva.2012.2020.pdf(ibge.gov.br)). Acesso em: 14 fev. 2022.

QUIRINO Flávia. Apesar dos limites impostos pela pandemia, mulheres Sem Terra protagonizam ações e luta política. **MST**, 17 out. 2020. Disponível em: <encurtador.com.br/muB79>. Acesso em: 15 fev. 2022.

Movimentos socioterritoriais,
mulheres e doação de alimentos
no Brasil: as campanhas de solidariedade
como resistência durante
a pandemia da COVID-19

Aline Albuquerque Jorge
Lara Dalperio Buscioli
Silmara Oliveira Moreira Bitencourt
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha
Roberta Oliveira da Fonseca
Larissa Araújo Coutinho de Paula
Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em:
<<http://olheparaafome.com.br/>> Acesso em: 14 fev. 2022

SANTOS, Iolanda Araújo Ferreira dos; PICOLOTTO, Everton. Lazzaretti. As mulheres do MST na luta pela terra e. por fazer-se em sujeitos políticos. **NORUS**. v. 7, nº 11, p. 232-268, 2019.

SILVA, Dália. [Abr. 2021]. Entrevistadora: Aline Albuquerque Jorge. Virtual, 2021. 1 arquivo .mp3 (40 min.).

VIECELI, Cristina Pereira. **Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza**. 2022. Disponível em: <encurtador.com.br/wVY29>. Acesso em: 01 mar. 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Geografia de lutas e resistências no Triângulo Mineiro: estudos agrários e debate paradigmático. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 22, n. 79, p. 262–275, 2021. Disponível em: <encurtador.com.br/rBH78>. Acesso em: 11 mar. 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos (*et. al.*) Reinventando as lutas na pandemia de Covid-19: movimentos socioterritoriais e a construção da soberania alimentar no Brasil. In.: VASCONCELOS, Daniel Bruno (*et. al.*). **Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia**. São Paulo: FFLCH/USP, 2021, p. 275-305.

| |
|--|
| Recebido em 14/03/2022. Aceito para publicação em 05/05/2022. |
|--|